

## DOSSIÉ OS USOS DAS MEMÓRIAS

## As marcas de Portugal: ensaios sobre o esquecimento

Por MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO \*

O esquecimento e, diria até, o erro histórico são um factor essencial na criação de uma nação e, assim sendo, os desenvolvimentos dos estudos históricos são uma ameaça para a nacionalidade. De facto, a investigação histórica revela os actos de violência que ocorreram na origem de qualquer formação política, mesmo daquelas cujas consequências foram as mais benéficas», escreveu o político, filósofo e historiador francês Ernest Renan na *lição* que proferiu na Sorbonne a 11 de Março de 1882, intitulada «Qu'est-ce qu'une nation?». Noutra das suas frases memoráveis e lapidares sobre a natureza, o funcionamento e os objectivos dos movimentos nacionalistas, Renan considerava que a existência de uma nação dependia de um «plebiscito diário», ou seja, dependia da prevalência de um consenso sobre a imperiosa necessidade da sua continuidade, assim como da permanente renovação e reatualização dos seus fundamentos. A nação forma-se e define-se todos os dias e a supressão ou manipulação do dado histórico são operações fundamentais nesse processo recorrente!

Sem deixar de notar o seu questionável credo racionalista e de relativizar o seu optimismo no ofício do historiador e na análise histórica (que o objectivo político do seu próprio texto nega?), parece-nos fundamental sublinhar a importância do legado de Renan para a compreensão da *questão nacional*. A sua defesa do papel crucial do erro e do esquecimento histórico (claramente tomados como resultantes de exercícios deliberados e intencionais, gizados pelo conjuntural calculismo político de elites várias) enquanto factores decisivos no desenrolar dos processos de formação e de recorrente imaginação de uma nação constitui um aspecto central na identificação e compreensão dos mecanismos sociais, políticos, económicos e culturais que neles são mobilizados. A par dos constantes e repetitivos, ainda que historicamente variáveis, exercícios de essencialização e reificação histórica e identitária que sustentam todo o tipo de operações de

definição e imaginação do que é uma nação — das origens aos mitos fundadores, das heróicas e ímpares personalidades aos acontecimentos excepcionais e gloriosos —, o erro e o esquecimento histórico, sobretudo incidentes nos «actos de violência» que acompanhavam a constituição e continuidade de uma dada configuração política, são igualmente instrumentos cruciais para a sua contínua reinvenção.

A acuidade destas considerações revela-se quando procuramos compreender a regular e insistente mercadorização da memória colectiva e a promoção generalizada de uma narrativa identitária supostamente consensual que parece ganhar terreno em Portugal, visível tanto na tão celebrada reinvenção de fados e fadunchos vários para impressionar o incauto e admirado estrangeiro como na surpreendente recuperação das teses da benevolência e do humanitarismo do imperialismo e colonialismo lusos, tanto nas revistas académicas como nas páginas de jornais. Proseguindo empreendimentos similares que roçaram a perfeição em noventa e cinco e continuando a saga comemorativa dos eternos descobrimentos — da *Exposição do Mundo Português* (1940) até à *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos* (1986-2002)<sup>3</sup> —, a indústria nacional das mitologias da nação, sempre reforçada com as do império, patenteia sinais de vitalidade, alimentada ora por exímios cultores da simplificação histórica que pululam nos meios de comunicação social, ora pelos promotores das marcas «Portugal» e associados *críticos* do estereótipo embelezado, para quem tudo é um produto que precisa de uma *mensagem* ou *conceito* simples, forte e apelativo. Neste caso, claro está, a *mensagem* deve resultar de uma (e resultar numa) combinação de elementos tradicionais devidamente polidos e *modernizados* com elementos exóticos reconhecíveis para poder ser apreciada num competitivo contexto internacional de mercantilização de identidades várias. Deve, além do mais, resultar da *bigientização* do passado, por via da omissão ou da pura distorção, contando para isso com especialistas

de vária ordem que, por necessidade, obrigação ou plena devoção e crença no ideário (ou puro saudosismo do regime precedente, outrora confido, agora tenemente disfarçado), participam no processo. Uma criteriosa selecção do que omitir ou distorcer deve sobrepor-se a uma óbvia e banal selecção do que é considerado memorável. Cada acto de recordação constitui, no essencial, um refinado ensaio de esquecimento dos «actos de violência» material e simbólica inquestionavelmente envolvidos no «modo português de estar no mundo».

De facto, a recordação celebradora dos tempos, dos espaços e das personagens da aperfeiçoada narrativa da gloriosa gesta imperial, que quase esgota ou define por completo a *identidade nacional* que se quer *marca* a todo o custo, promove todo o tipo de mitologias da *exceptio*-nacionalidade portuguesa. O putativo humanitarismo que teria governado a expansão e a consolidação imperial, supostamente determinadas por motivações religiosas e civilizacionais; a suposta precocidade lusa na causa abolicionista e a pretensa especificidade dos termos das relações raciais no interior da geografia colonial, promovida por todo o tipo de *luso-tropicalismos* adúlterados que parecem renascer, com origem, pasme-se, no interior da própria academia, são apenas três exemplos que testemunham a precisão da análise de Ernest Renan e a sua utilidade para apreciar certas tendências da *marca Portugal*.<sup>4</sup>

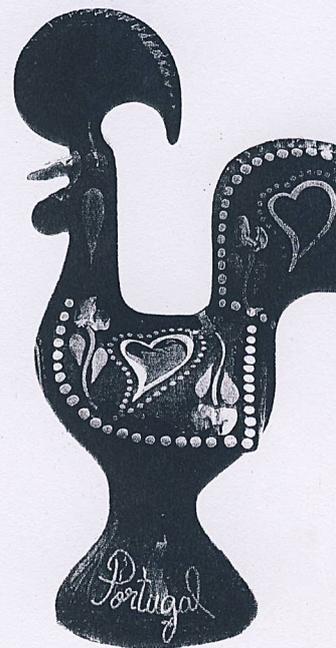
O longo ocaso do tráfico de escravos e da escravatura; as violentas campanhas de *pacificação* e de *ocupação efectiva*; a persistência do trabalho forçado até meados do século vinte; a exploração económica sem desenvolvimento económico e social; a ausência de civilizadas missões civilizadoras de raiz laica ou religiosa; a violência das *troças* culturais; o racismo enraizado (que persiste apesar dos dedicados esforços de encobrimento ou de comparação com exemplos mais manifestos); ou o desvario da guerra colonial; estes, sim, foram os traços dominantes, entre outros de similar significado, da época colonial e imperial. São estes alguns dos aspectos que estão ausentes

dos esforços de comercialização de produtos e narrativas identitárias, facilmente comunicáveis e vendáveis, conformes aos mais rigorosos protocolos do *marketing* e da publicidade (incluindo os seguidos em certa comunicação social) e sancionadas positivamente por interessados especialistas revisionistas, que proliferam no país. Além do mais, o debate público sério e informado, avesso a simplistas instrumentalizações ideológicas e resistente ao predomínio das emoções e à *personalização* do processo histórico, ainda está por fazer. Por exemplo, o terceiro império português, a sua ascensão, consolidação e declínio, é um assunto marginal, tanto na academia como na *esfera pública nacional*, e o seu continuado impacto no «plebiscito diário» da nação quase ignorado. A *memória da nação* merece melhor.

\* Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

1 Ernest Renan, «Qu'est-ce qu'une nation?», *Discours et conférences*, Calmann Lévy, Paris, 1887, pp.284-285 e pp.306-307.2 Além de se debruçar com propriedade sobre a *questão nacional*, «Qu'est-ce qu'une nation?» procurava igualmente justificar o apoio à incorporação da Alsácia pela França, após a sua anexação em 1871 pela Alemanha.

3 A este propósito veja-se o esclarecedor preâmbulo do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, que instituiu a referida comissão.

4 Veja-se, para demonstrações contrárias, Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. A Missão Civilizadora do Colonialismo Português (c. 1870-1930)* (Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, a sair); João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos* (Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999); e Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)* (Afrontamento, Porto, 1998).

## Memória nacional e cultura mediática

Por NUNO DOMINGOS \*

Realizou-se recentemente a eleição das chamadas «sete maravilhas de origem portuguesa no mundo», concurso televisivo promovido por uma organização internacional, a New 7 Wonders, comissariado por António Vitorino e patrocinado por várias identidades nacionais, como o Ministério da Cultura, a Presidência da República e a Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Ao historiador Pedro Dias da Universidade de Coimbra coube seleccionar um núcleo de 27 monumentos a partir do qual foram escolhidos os vencedores. A contestar a iniciativa, um grupo de historiadores encabeçou um abaixo-assinado onde se argumentava que alguns dos edifícios seleccionados, nomeadamente a Fortaleza de São Jorge da Mina, a Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde, Luanda e a Ilha de Moçambique, estiveram directamente relacionados, no quadro do colonialismo português, com o tráfico de escravos. Era representável, adiantavam, que a publicidade realizada ao concurso, destinada a louvar a herança cultural portuguesa no mundo, não salientasse o criminoso tráfico. O historiador Pedro Dias respondeu que se tratava de um mero concurso televisivo cujo objectivo era realizar «pequenos guias histórico-artísticos» que salientassem a presença portuguesa no mundo (Lusa). Luís Segadães, presidente da New 7 Wonders Portugal, assumiu que o concurso pretendia apenas «valorizar o que de bom os portugueses fizeram» (Lusa), e não falar de episódios «menos felizes» como o tráfico de escravos, acusando os subscritores do abaixo-assinado de denegrir o passado português (Lusa).

O anátema do antipatriotismo insinuado contra quem pretende discutir Portugal para lá de um quadro de adesão emocional a determinados princípios indispudados tem consequências perversas. O seu alcance, não se cingindo aos limites de um debate académico sobre a história nacional, penetra o

quotidiano e as formas comuns de compreender o mundo, nomeadamente quando estes valores são propagados por instituições do Estado, como a escola (o programa deu origem a um concurso escolar em que participaram centenas de escolas), ou quando são traduzidos numa linguagem mediática de grande escala. Ao contrário do que afirmou o historiador Pedro Dias, a importância da eleição das «sete maravilhas de origem portuguesa no mundo» reside precisamente no modo como transcendendo os debates historiográficos e se sugestionam na cultura popular mediaticizada, tornando-se um senso comum.

Em 1988, Herman José, no seu programa *Humor de Perdição*, representou um conjunto ficcionado de entrevistas, escritas por Miguel Esteves Cardoso, que caricaturavam personagens da história de Portugal. Através da caricatura e do exagero, o humor relativizava o passado nacional e afrontava uma velha mas perene historiografia de propaganda fomentada oficialmente e infiltrada em objectos da cultura popular. O actor Victor de Sousa, na pele do entrevistador Almeida Garrett, o exemplo do nacionalista ingénio e optimista, via-se constantemente contrariado pelas idiossincrasias de convidados que aprendeu a multiplicar e que agora lhe surgiam pela frente em versões heterodoxas: um fundador da nação grosseiro e displicente, um descobridor sanguinário, um rei homossexual, uma rainha santa pouco religiosa, etc. A caricatura histórica, tocando no indispudado «sagrado nacional», levou à suspensão de *Humor de Perdição*. De acordo com a direcção de programas da RTP, o programa atentava contra «os valores histórico-culturais de Portugal». A reconstrução da história através da caricatura humorística realizada em *Humor de Perdição* era, contrariamente ao alegado pela decisão censória, um exercício honesto e frontal. O dispositivo caricatural era notório, desde logo pela inverosimilhança da situação representada, criando uma inevitável distância

entre a «realidade» e o que era interpretado no *sketch*. Esta distância concedia espaço à reflexão, permitindo ao espectador interpretar a narrativa que lhe era apresentada e confrontá-la com outras versões dos acontecimentos.

A relação criada entre o programa de televisão *Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo* e os seus espectadores foi a antítese das entrevistas históricas de Herman José. Apresentando-se como o resultado de um trabalho historiográfico que diz a verdade, as *Sete Maravilhas* não apelaram à reflexão mas apenas a uma adesão emocional que caucionava um nacionalismo sustentado numa selecção da história. No final dos pequenos documentários da RTP sobre os monumentos em concurso, assegurava-se ao espectador que o que vira «*não são histórias — são factos*». Estes factos, para lá da interpretação do passado que impunham, revelavam utilizações mais quotidianas, perseguindo os interesses de quem beneficia deste nacionalismo optimista, traduzido num orgulho politicamente útil em tempos de crise, em audiências televisivas, que exploram sentimentos sedimentados, e num inevitável retorno financeiro, para a empresa promotora e para os diversos patrocinadores, como a Santa Casa da Misericórdia, que assinalou o concurso com uma publicidade às suas lotarias.

Nos documentários da RTP, a glorificação da presença portuguesa foi realizada em contraste com o quotidiano das populações locais, diversas vezes exotizadas, orientalizadas, africanizadas, no lugar comum do postal ilustrado. A cerimónia em que foram enfiados anunciadas as «sete maravilhas portuguesas no mundo» reforçou, pela voz dos vários intervenientes, a construção de um «nós» lusitano celebrado exclusivamente por verbos dinâmicos e empreendedores: «*nós, portugueses*», «*pioneiros da globalização*», erguemos, fizemos, construímos, dividimos o mundo em duas partes e deixámos, com estes monumentos, «*a impressão digital que*

*marca a mão de Portugal sobre o mundo*». A selecção dos monumentos incluía doze fortalezas, dez igrejas e cinco espaços urbanos, triângem que bastaria, mesmo para lá da questão do tráfico de escravos, para caracterizar uma presença imperial, de evidentes contornos económicos, protegida pela cruz e pela espada. Em oposição a uma nacionalização acrítica da história, que pelo efeito mediático ajuda a criar um perigoso senso comum identitário e à qual faltam os verbos que descrevem o tráfico de escravos, o trabalho forçado, as múltiplas discriminações inscritas na lei e praticadas muitas vezes fora dela, com evidente reflexo pós-colonial, valeria a pena discutir este equívoco substantivo colectivo, que vincula aqueles que hoje são reconhecidos como portugueses a um interminável novo histórico de laços de consanguinidade. Vai faltando, nesta história seleccionada pelas virtudes do sangue e difundida por programas como as *Sete Maravilhas* ou, antes disso, *Os Grandes Portugueses*, que se olhe a acção daqueles actores históricos, portugueses, como parte de processos dinâmicos e conflituosos, determinados sobretudo por lutas e duradouras relações de poder, em que as fronteiras do quotidiano, malgrado a visão nacional do mundo, se desenham sobretudo na relação entre fracos e fortes.

\* Investigador, CESNOVA — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [FCSH-UNL].